
UM CENÁRIO POSSÍVEL

CONFLITO BILATERAL DIRECTO ENTRE OS EUA E A URSS

J. Lopes Alves

UM CENÁRIO POSSÍVEL

CONFLITO BILATERAL DIRECTO ENTRE OS EUA E A URSS

A Política e a Estratégia, devendo basear-se nos estudos e conclusões que a Geopolítica e a Geoestratégia lhes apontam, continuam a necessitar, no entanto, do recurso à imaginação criadora para colmatarem faltas ou deficiências de informação, e tanto mais quanto menos conhecidos forem os meios disponíveis e mais alargadas as áreas de confrontação dos potenciais opositores.

PREÂMBULO

Uma guerra ou conflito bélico tem lugar quando dois opositores, isolados ou integrados numa coligação, se julgam com capacidade para a travarem, criam para tal o clima de preparação e de excitação adequado, embrenhando-se num todo muito específico, e se lançam finalmente na realização dos objectivos pretendidos.

Os Estados Unidos da América e a Rússia Soviética, qualquer deles originariamente resultante duma revolução própria que, no entanto, marcou o Mundo, evoluíram desde então de forma destacada após a construção do seu necessário equilíbrio interno e são hoje, como é conhecido, dois desses potenciais opositores, assumindo-se cada qual em pico acentuado, ainda que sensivelmente ao mesmo nível, e que continua a sua ascensão.

Na base ou pouco acima da base da pirâmide que assim define o seu potencial quedam-se todos os outros países do Globo.

Deste modo, para além da luta que por todo o tempo e lugar se vem travando entre aquelas duas superpotências no campo da Estratégia Indirecta, desde há algumas dezenas de anos, podem no presente ser também admitidos no seu âmbito os dois cenários de contexto extremo seguintes:

- Entendimento global, visando a divisão entre ambos do domínio político e estratégico do Mundo;*
- Desentendimento, com a assunção de conflito bilateral directo.*

Será sobre este último cenário que iremos desenvolver, ainda que em traços muito gerais, algumas considerações e concluir elementos possíveis para outras reflexões.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Sem receio de desmetido consciente, ainda que deva desde logo admitir-se a existência de populações e de entidades responsáveis com diferentes ideias adentro da realidade possível, pode dizer-se que nenhum país, quer do Ocidente, quer do Leste, deseja hoje a guerra. Muito pelo contrário, como tantas vezes se tem constatado nas últimas décadas, pretende cada qual realizar por outros meios menos gravosos e de forma mais ou menos indirecta os seus Objectivos Nacionais ou os do Conjunto, Bloco ou Aliança em que se encontrar integrado. Alteraram-se de facto nos últimos tempos a mentalidade dos homens e o espírito e a acção das instituições.

Esta situação torna-se particularmente evidente no campo nuclear específico em que não se pretende arrostar com a resposta terrivelmente destruidora e sempre possível do antagonista. Consolidou-se, na verdade, a *dissuasão equilibradora* iniciada em meados dos anos cinquenta e desenvolvida depois degrau a degrau, no tempo e no espaço, e tendo como principais enquadramentos de base e de topo os meios de destruição em massa, fundamentalmente os nucleares.

A tendência das chancelarias dos Estados, mesmo dos característica e eventualmente belicistas, continuará a manifestar-se hoje, portanto, pelo recurso a *guerras limitadas* e apenas a *meios ditos convencionais*, estes todavia mais ou menos sofisticados e sempre caros.

No entanto, ainda que comungando nesta teoria, as principais potências reservam intacta a possibilidade de tomarem atitudes defensivas ou ofensivas apoiadas em armas nucleares prontas a serem disparadas sobre objectivos do antecedente escolhidos e referenciados. Corresponde esta possibilidade à expressão da força que mantém e que as caracteriza.

Apesar daquela tendência, todavia, o racionalismo bélico leva a considerar como norma que é sempre possível a generalização de conflitos inicialmente limitados e que continua a depender dos escalões políticos

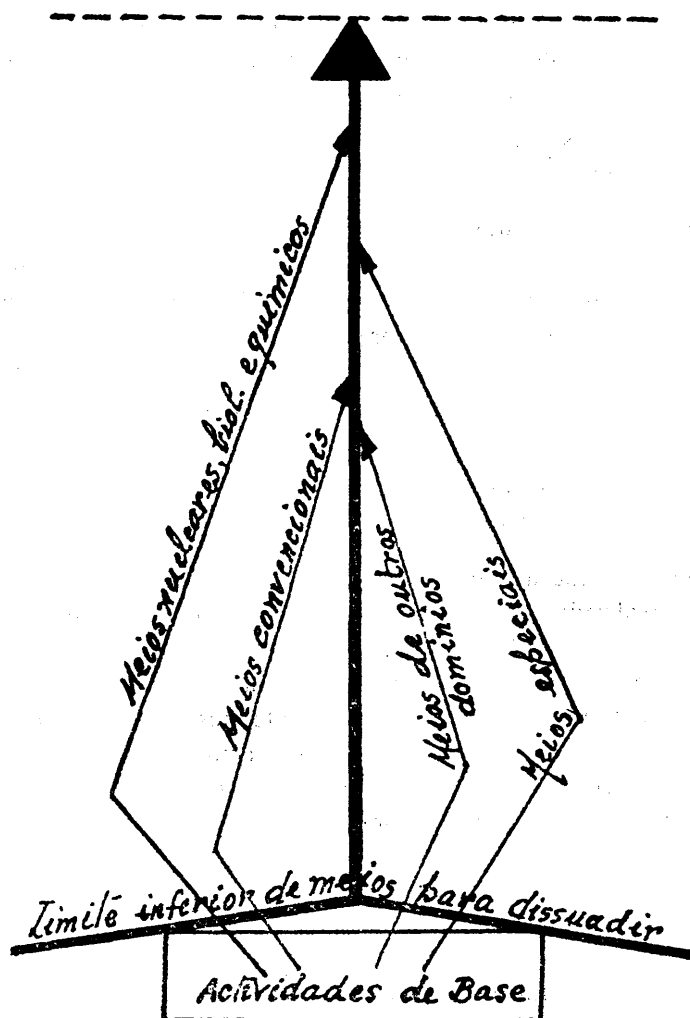


Fig. 1 — Construção da dissuasão

dos Estados, em estreita ligação com os respectivos escalões estratégicos, o estudo ponderado da decisão última que convirá adoptar.

Deste modo, os parâmetros de acção ou de reacção que têm de continuar a ser considerados na presente conjuntura internacional vogam entre dois *mecanismos* que realizam então os tipos de dissuasão correspondentes:

- Acção/resposta global e imediata;
- Acção/resposta flexível.

Pondo de lado o primeiro mecanismo por corresponder portanto a situação que, desde início, se admite irreal e, consequentemente, em princípio não utilizável, é perfeitamente possível quanto ao segundo que se produza uma luta que não obrigue a empregar imediatamente todos os meios disponíveis ou que se alargue apenas a uma determinada área.

Assim, este último mecanismo conduz a um duplo conceito de limitação conflitual, ou seja:

- Limitação de meios,
- Limitação de espaço,

o qual pode ser aplicado apenas a uma região ou zona geográfica, quanto a espaço, e realizado isolada ou sucessivamente, quanto a tempo.

Será sobre esta última forma de conceito — limitação de espaço — que centraremos fundamentalmente as nossas apreciações. A limitação de meios poderá estar presente efectivamente nos primórdios de eventual conflito, estando-o porém sempre, é certo, como factor da decisão no cômputo dos riscos-benefícios que, seja para agir ou para dissuadir, têm de ser ponderados em qualquer momento.

2. QUESTÃO PRIMORDIAL

No âmbito do quadro descrito, o espaço geográfico, político e estratégico do Conjunto Europeu merece, como historicamente sempre tem sucedido, um chamamento e uma atenção particulares.

2.1 Quanto à Aliança Atlântica

Sendo na parte do território europeu correspondente à Aliança Atlântica que têm tido lugar as grandes decisões da História ligadas à guerra

e à paz, tem sido em regra também sobre o mesmo e sobre as suas águas que os órgãos dos Estados e os seus estados-maiores vêm prevendo e preparando actualmente a «práxis» bélica, imaginando e ensaiando os grandes sistemas políticos, estratégicos, tácticos e logísticos, aplicando os volumosos ou pequenos reforços e idealizando as manobras em terra, no ar e no mar do Inimigo Eventual. Sabe-se de facto que é no cerne da Europa que têm incidido quase periodicamente tais acções de força, admite-se que este fatalismo vai continuar e consubstancia-se neste lema a estruturação política e estratégica que visa a sua defesa.

Permanece-se assim, há que reconhecê-lo, no campo do realismo. Mas será este suficiente?... Estar-se-á perante um realismo bastante, total, que não admite outros?... Não será efectivamente possível que, adentro dos arranjos políticos e estratégicos actuais e da capacidade dos Poderes, se possa desencadear uma guerra limitada noutras áreas do Globo, como as que correspondem exclusivamente ao território de cada uma das duas superpotências, os Estados Unidos e a Rússia Soviética?...

A resposta poderá ser tomada, em princípio, pela afirmativa, contemplando um cenário possível.

Não parece de facto descabido imaginar que tal conflito possa ter lugar, isto é, que possam um dia verificar-se acções bélicas directas entre os dois países em âmbito bilateral.

Nesta eventualidade, admitindo que têm a mesma aceitação e o mesmo significado para todos os membros da Aliança os princípios e os conceitos que a vêm nortear, parece natural que ao grande Estado americano se ponha uma questão idêntica, mas de sentido oposto, à que desde início se vem pondo aos seus pares europeus sobre a sua reacção no caso de o solo europeu ser algum dia relhado pelas forças do Pacto de Varsóvia.

E essa questão é, portanto, no espírito da anterior, a seguinte:

«Agirão de imediato os países europeus se a agressão inimiga visar apenas os territórios americano ou canadiano?...»

Trata-se, na realidade, esta, duma questão de base cujo contexto faz elevar a novo pilar de importância o comportamento da Europa-

-NATO na qual, apesar da sua geralmente admitida secundariedade no âmbito da Organização, coexistem uma República Federal da Alemanha forte e uma Inglaterra e uma França igualmente respeitadas e dispendo de forças nucleares pequenas mas com clara influência no equilíbrio de meios estabelecido.

2.2 *Quanto ao Pacto de Varsóvia*

Comparando-a com a da Europa-NATO face aos Estados Unidos, é relativamente escassa a projecção das características geopolíticas e geoestratégicas dos países do Pacto de Varsóvia em relação à Rússia Soviética. Por outro lado, o sistema de domínio político-ideológico que neles subsiste e a interdependência dominante em matéria de defesa e de economia que os liga reduzem consideravelmente a mesma projecção.

Deste modo, parece à primeira vista não haver lugar no seu âmbito para a questão anterior, agora com a orientação correspondente:

«Ação de imediato os Países Satélites do Pacto de Varsóvia se a agressão inimiga visar apenas o território soviético?...»

Todavia, julga-se que a questão deve por-se e ser considerada. Surgirão sem dúvida aspectos no prosseguimento desta análise que a validam e a justificam.

*
* *

Em síntese, decorrem da questão de base a viabilidade de se produzir ou não apoio ao conflito bilateral citado e, completando o seu teor, outras questões menores votadas às condições de luta possíveis, às implicações resultantes para os outros membros da Aliança e à eventual intervenção ou influência de potências exteriores nas acções correspondentes.

3. *ASPECTOS QUE FAVORECEM E ISOLAM O CONFLITO*

Ponderando em análise global os acontecimentos e sucessos conhecidos, verifica-se que existem muitos *aspectos* que afirmam a possibilidade

de se produzir o conflito potencial em apreço e de existir inércia ou, pelo menos, desejo de inércia inicial por parte dos membros europeus da Aliança respectiva, cingindo-o aos dois poderosos intervenientes.

Vejamos alguns aspectos.

3.1 *Em relação aos Estados Unidos*

Desenvolvimento tecnológico

A relativa independência com que se movem as duas superpotências em todos os domínios, nomeadamente no da Técnica, e o desmesurado crescimento dos respectivos meios de força, sem possibilidade de equiparação com os de quaisquer outros países — aliados, potenciais adversários ou neutros — agigantam-nas e isolam-nas quase naturalmente cada qual no seu campo de influência. E a dissuasão mútua, o equilíbrio infundido pelo terror da guerra, vive quase exclusivamente da sua contribuição.

Os países NATO da Europa vão-se assumindo neste domínio do tecnológico como lhes é possível; mas o valor global da sua posição surge sucessivamente menos destacado perante as enormes e crescentes possibilidades patenteadas pelo seu maior aliado. Constituem apenas um elo, ainda que importante, do conjunto por todos formado.

Mentalização Europeia

A Europa-NATO estará já de certo modo mentalizada para o conflito bilateral. Dizem-no, entre outros aspectos, a consciência do seu desequilíbrio potencial geral e técnico em relação à superpotência, a permanência das dificuldades históricas da sua união e o decréscimo consequente da sua influência na dissuasão estabelecida.

No entanto, não se fala abertamente no conflito. Vive-se no seu âmbito e assiste-se em todo o tempo e por toda a parte ao reforço da respectiva ideia. E a demonstrá-lo está o sentimento de frustração criado muito recentemente entre grande parte dos Estados europeus, pelo que

a designada «Guerra das Estrelas» (Strategic Development Initiative — SDI), desenvolvida unilateralmente pelos Estados Unidos, representa no campo político e estratégico e pela firme disposição deste país em avançar de qualquer modo com o projecto, abrindo-o todavia à cooperação dos seus aliados europeus na medida em que os seus próprios interesses globais e a capacidade tecnológica e financeira destes países a tornem aconselhável e adequada.

A aparentemente forte determinação desta posição não será inclusivamente prejudicada, ao que parece, se na Europa forem alguma vez criados e realizados outros projectos alternativos ou similares, aliás já em gestação, como o projecto «EUREKA» (European Research Coordination Agency).

Ideal pacifista

Está longe de ser um mito, este aspecto. São diversos e com número considerável de adeptos os movimentos que têm germinado na Europa-NATO ou que nela se têm acoitado, visando a prática do *pacifismo* perante todas as atitudes bélicas, declaradas ou encobertas.

Tais movimentos advogam não intervenção a todo o transe, viabilizando deste modo a atitude neutral face ao conflito entre as duas superpotências. E, ainda recentemente, tomando consciência de que «é impraticável atingir a força de defesa das duas grandes Nações e que o empenhamento entre elas acarretará sempre consequências nefastas para a vida na Terra», foram mais longe na manifestação desse pacifismo pretendendo criar um antídoto para essa confrontação previsível e favorecer simultaneamente os desejos de paz porventura também existentes em qualquer delas.

A força da Europa está, dizem, na sua entrada efectiva na «competitividade que se vem travando em tempo de paz, não em termos de meios de guerra cujo volume necessário e sofisticação é impossível atingir, mas nos aspectos económicos e nos decorrentes dividendos políticos que destes podem resultar». E concluem considerando «desperdício inaceitável de energias pretender igualar as duas superpotências no campo militar; a geo-

política e a geoestratégia de que estas se servem não aconselham de facto aos Estados europeus essa via, impedindo-os de ganhar a batalha em tal domínio».

«Nova ordem» europeia

Um pouco na linha do ideal anterior, mas com salientes reticências por parte do Reino Unido e da República Federal da Alemanha, embrenhados em ampla política de cooperação e entendimento com os Estados Unidos, que julgam a mais conveniente para os seus Objectivos Nacionais e para as exigências da Aliança comum, advoga-se na Europa-NATO maior esforço na política económica em relação aos dois colossos mundiais, o qual, além de lhe permitir contribuir mais declaradamente para a paz, lhe dá possibilidade de «estender ainda e de forma concreta uma mão aberta e generosa ao subdesenvolvido e carente Terceiro Mundo».

Neste quadro restarão então naturalmente *dois núcleos* mais ou menos orientados ou predispostos à confrontação militar e às preocupações inerentes — os Estados Unidos e a Rússia Soviética — *um núcleo* votado à difusão e prática da paz — a Europa-NATO — e *vários outros núcelos*, independentes, influenciados ou mais ou menos satelizados, dispersos por todo o Globo.

Esta acção respeitante a uma «nova ordem» económica é, admitem e defendem, também favorável à segurança dos Estados Unidos dado que lhe permite preservar intacto o posto ou área avançada que é a Europa face às intenções do Pacto de Varsóvia e liberta o país de preocupações aquém-Atlântico, permitindo-lhe dedicar-se assim inteiramente ao cumprimento de outras missões que visualize.

É de admitir, todavia, que mesmo neste caso, acompanhando a realização desta «nova ordem» que muitos aplaudem, a superpotência continue interessada em prosseguir inteiramente os vectores da sua presente ligação política e estratégica à Europa-NATO. Será, no mínimo, para aquilatar da protecção pacifista assim construída e do benefício que eventualmente dela obtém e para «impedir» que aquela algum dia resvale para Moscovo num entendimento mais alargado e que à primeira vista a prejudique.

Aspectos particulares da «nova ordem»

Uma tal nova disposição dos países da Europa terá de englobar naturalmente cuidado relacionamento, ainda que activo, com a Rússia Soviética e com os restantes países do Pacto de Varsóvia. Só assim poderão conseguir o equilíbrio de interesses sobre o seu território e levar à desmobilização das armas americanas e soviéticas que nele, nas suas águas ou no seu espaço exterior, se encontram instaladas ou que de outros pontos podem ameaçá-lo. Será a prática do *neutralismo* ou de um quase *isolacionismo*, mas activos e vigilantes.

E, concretamente, quanto ao tipo de meios de força?

Proibitivos para a generalidade ou quase generalidade dos países os grandes meios de destruição em massa, a Europa-NATO deverá continuar a basear a sua segurança e a sua defesa nas *armas convencionais*, analisando e discutindo neste domínio o seu equilíbrio global. Iniciar-se-á assim uma nova Estratégia graças à qual poderá esbater-se o valor da ameaça soviética sobre o conjunto do seu território e, consequentemente, sobre toda a área da Aliança.

Nesta óptica um grave inconveniente poderá surgir, todavia, capaz de alterar o equilíbrio noutras áreas.

Confiante e segura perante as manifestações de entendimento e de neutralidade da Europa-NATO, a Rússia ficará mais livre para tentar explorar eventualmente outros vectores de instabilidade e de intervenção, como a América Central e a Ásia do Sudoeste. De facto, ficará então menos activo por voluntária vontade política o vector de equilíbrio e pressão do seu bordo Oeste, isto é, o travão que a Europa-NATO vem representando no conjunto da Aliança; e este inconveniente poderá ainda agravar-se se os «pacifistas» europeus conseguirem levar por diante as suas congeminações.

Todavia, não pode esquecer-se, o Mundo existe para mais cedo ou mais tarde se entender. Impõe-se estabelecer *pontes* largas e seguras entre todos os países, principalmente quando noutras áreas geográficas — na Ásia, na África e na Oceânia — se vive ainda e se intensificará periodicamente o acerado desequilíbrio económico e social que nelas se instalou há muitas dezenas ou centenas de anos.

Convivência ideológica

O quadro das possibilidades do conflito bilateral tem neste aspecto da coexistência pacífica dos Estados ou, mais concretamente, na forma como os membros europeus e americanos da Aliança vêem e avaliam a ameaça soviética, traduzida em dinâmica ideológica do *marxismo-leninismo*, uma afirmação de sentido positivo.

Para a maior parte dos primeiros, esta ideologia não representa hoje, na realidade, receio extremado visto todos eles terem aprendido a lidar com os membros dos Partidos Comunistas no âmbito democrático estabelecido e criado meios e estruturas que anulam ou minimizam grandemente os vectores pró-soviéticos da sua propaganda e da sua actividade. Além disso, encontra-se salvaguardada dum modo geral em todos eles a necessidade de acompanhar e controlar o parentesco ideológico existente entre aqueles partidos e de impedir em qualquer momento que a sua maior ou menor subordinação a Moscovo os possa lançar a níveis de comportamento prejudiciais aos interesses da respectiva Nação.

Mas esta posição da Europa-NATO face aos Partidos Comunistas diariamente vivida aquém-Atlântico não encontra na verdade paralelo nos Estados Unidos, órgãos de Governo e populações considerados.

O anticomunismo americano será ainda de raiz um tanto «primária», não aceitando e receando visceralmente os comunistas, as suas organizações partidárias e de classe, as suas manifestações e as suas actividades. E o Estado não disporará, em consequência, de estruturas capazes de se lhe opor abertamente nos quadros humano e social.

Em resumo, parece evidente que a velha Europa tem capacidade, possibilidades e experiência para estabelecer e desenvolver relações normais de convivência, mas sempre cautelosas, com a Rússia Soviética, minimizando deste modo e com realizações atempadas de capitalismo social a projecção da sua ideologia de base. Ela apresenta-se de facto forte neste domínio, mesmo considerando cada país membro separadamente, criando sem dúvida com esta nova e real força da vida comunitária da Aliança «nova brecha na integração euro-americana e produzindo por outro lado apreciável redução

na liderança política e estratégica que sempre tem cabido à superpotência americana».

Deve acrescentar-se que parece existir efectivamente neste domínio um «medo» americano. Medo não devido à quantidade e à qualidade dos meios de força disponíveis, que são poderosos, nem produto do receio da combatividade das suas Forças Armadas, que se imporá sempre que for necessário, mas resultante de algo deslocada percepção da ideologia marxista-leninista e da sua persistente difusão à superfície do Globo.

A política de resposta

Consideremos em primeiro lugar o seu *tempo político*, recorrendo pela história próxima.

Abandonando o seu isolacionismo, os Estados Unidos só intervieram nas I e II Guerras Mundiais quando sentiram que estavam a esgotar-se as possibilidades da França e do Reino Unido para um êxito favorável em cada um dos conflitos e que, deste modo, poderiam perigar a sua própria segurança e a realização da sua política de influência. E foi no âmbito desta mesma doutrina, mas então já com destacado potencial geopolítico e geoestratégico, englobando armas convencionais e nucleares, que se dispôs a adoptar igual procedimento em seguida ao termo da II Guerra Mundial, no ainda presente período de «guerra fria», mas surgindo novamente muito cautelosos quanto à declaração da viabilidade e da espontaneidade do seu empenhamento futuro no continente europeu.

Mais concretamente quanto a este último período, uma nova intervenção do país na Europa só deveria verificar-se quando os seus diversos mecanismos julgassem a situação clara, exigindo efectivamente tal empenhamento. Esta posição agravou-se depois rapidamente com o acesso da Rússia Soviética às armas nucleares perante a perspectiva das destruições inaceitáveis que o seu empenhamento poderia ocasionar.

Relativamente ao *volume de meios* a empregar, a estratégia de dissuasão dos Estados Unidos e da Aliança assentou nos primeiros anos na *retaliação maciça* — resposta em força à agressão do Pacto de Varsóvia qualquer que fosse o seu grau; a partir de 1956, porém, encontrando-se

confirmada a disponibilidade de meios nucleares por parte da Rússia, os Estados Unidos passaram a apadrinhar a estratégia de *resposta flexível* — emprego de meios e tratamento de objectivos de forma progressiva — procurando desta forma obter a dissuasão e não provocar a reacção de massa.

É ainda este o sistema que hoje perdura, significando em termos práticos que, como nos anteriores conflitos, a intervenção em força das Forças Armadas Americanas na Europa só deverá verificar-se se fracassar a resistência dos meios dos Estados europeus e das armas convencionais e nucleares tácticas americanas já estacionadas no seu território.

Evidentemente que à Europa só pode interessar, em caso de concretização da ameaça, *uma resposta pronta e maciça e não lançada sobre o respectivo território*. Deixou por isso, e tem-no manifestado por diversas formas, de ter real confiança no apoio do seu mais importante aliado e na oportunidade da sua intervenção em força até lhe ser possível pôr em campo outros meios.

Esta posição da política de resposta dos Estados Unidos poderá conduzir naturalmente a que os seus aliados europeus se não sintam obrigados a empenhar-se de imediato e em força na defesa do continente americano, fazendo depender também a sua atitude das conclusões a que chegarem de momento sobre a situação política e operacional que então se desenvolver.

Os mais recentes esquemas de defesa

É facto assente que se instalou entre as populações europeias um «sentimento de cerco», nomeadamente entre as situadas na Europa Central, motivado pela existência dos mísseis «Pershing II» e dos mísseis «de cruzeiro», de um lado, e dos mísseis «SS-22» soviéticos, na Checoslováquia e na República Democrática Alemã, do outro.

Deste modo, tudo o que possa conduzir à diminuição da credibilidade e do valor potencial duma resposta à acção eventualmente perpetrada pelos países de Leste irá desagradar aos membros europeus da Aliança e terá consequências negativas na reacção que poderiam desencadear face a conflito noutras áreas.

Está neste caso o já citado projecto de defesa americano SDI pelo qual se pretende, pelo menos dum ponto de vista teórico, convencer opositor principal e potencial de que «as suas armas estratégicas não têm viabilidade de emprego rendoso pela possibilidade criada com o sistema da sua detecção e destruição no Espaço e, portanto, não terão razão de existir». Deixará de haver então, em princípio, o perigo de destruições inaceitáveis, mas aumentará substancialmente o risco duma agressão convencional em território europeu.

Quanto a este aspecto, no entanto, acredita-se que o aparente desequilíbrio em favor da tese americana parece não atingir adequada viabilidade. Observadores atentos, servindo-se de informações vindas de Leste, referem, na verdade, que o SDI não conduzirá ao desaparecimento dopositor russo uma vez que este não tardará a criar meios semelhantes, anulando ou equilibrando aquela aparente e ainda teórica superioridade.

O projecto um pouco similar EUREKA, de iniciativa francesa, também já referido, não poderá conduzir à situação desencadeada pelo SDI — arma/resposta — uma vez que é destinado ao desenvolvimento em diversos domínios, e até no da defesa, congregando assim, ao que parece, uma finalidade mais civil que militar.

Proximidade geográfica

Do ponto de vista físico, as duas superpotências opõem-se directamente no oceano Pacífico e no oceano Glacial Ártico, naquele apenas com um país de permeio — o Japão — e neste em posição diametralmente oposta em relação ao meridiano que contém o Pólo Norte.

O desenvolvimento científico e técnico a que se vem assistindo, o distanciamento cada vez menor entre os pontos de aplicação possíveis e as origens dos meios de força e a crescente melhoria das condições e possibilidades de aproveitamento dos espaços geográficos lançaram o Homem e as Nações para regiões do antecedente nem sequer sonhadas, como sejam os grandes desertos e, principalmente, as regiões polares.

Deste modo, apesar das baixíssimas temperaturas verificadas na Região Polar Ártica e do limitadíssimo período anual em que pode ser demandada, a sua área oceânica define uma proximidade real e com aproveitamento possível, quer à superfície ou abaixo da superfície, quer na sua

calote aérea, isto é, no todo aero-espacial de dimensões ilimitadas que a domina.

Deve acrescentar-se, a título de lembrança apenas, que foi a larga separação do território dos Estados Unidos em relação ao continente europeu, como então se considerava face ao alcance dos meios disponíveis, que preservou aquele país da acção directa e em força dos meios adversos nas duas últimas grandes guerras, permitindo-lhe por outro lado constituir-se na grande base logística de recuperação do mesmo continente.

Tais características mantêm ainda hoje apreciável validade, sendo esta no entanto muito diminuída pelas possibilidades de acção longínqua dos meios navais e aero-espaciais do Inimigo Eventual e pelas crescentes actividades do domínio ideológico que este continua a desenvolver.

O pensamento americano

Criadora, desde há quarenta anos, de uma estratégia nacional face a Leste em que são patentes reais desejos de paz e preocupações pela sua própria conservação e pela sua imposição a nível global, a superpotência americana tem sem dúvida plena consciência das reticências de fundo que povoam a mente dos seus parceiros europeus relativamente às atitudes de cooperação e de apoio que se propõe dispensar-lhes, bilateral ou colectivamente, mas vem prosseguindo com determinação a ideia de fazer valer por todos os meios os seus conceitos políticos e estratégicos.

Ainda recentemente quanto àquele primeiro aspecto, o Secretário de Estado Z. Brezinski clamava que «a NATO está a tornar-se uma aliança de países neutrais unidos pelo desejo comum de usufruirmos da protecção americana para poderem realizar os seus interesses nacionais». E já anteriormente, no transacto ano de 1984, comentando o não cumprimento pelos membros europeus de matérias acordadas — gasto de 3 % do Orçamento de cada país em meios e actividades de defesa, constituição de níveis de munições e construção de abrigos para aviões de combate, entre outras — o senador Sam Nunn havia proposto a revisão de todos os planos da Aliança e, se aquelas disposições em especial não fossem realizadas, que se procedesse à redução progressiva das forças americanas estacionadas em território europeu até ao efectivo de 30 000 homens/ano.

A proposta do senador foi rejeitada pelo Senado, mas, no entanto, por pequeníssima diferença de votos, tendo sido porém considerado que os membros europeus da Aliança vêm sendo de facto mais espectadores do que trabalhadores nos diversos sectores da defesa comum e concluindo que «obter da NATO alguma coisa, em tal situação, é todavia melhor do que nada».

É portanto reconhecido além-Atlântico certo sentimento de alheamento, ainda que minorado, que existe na Europa-NATO face aos problemas da Aliança e será certamente admissível que muito dificilmente as forças respectivas acorreriam imediatamente em defesa do território americano se este viesse a constituir o alvo inicial do conflito.

Posição última dos membros europeus

O contexto de todas as considerações anteriores tem vindo a fazer abrandar a parte europeia da Aliança no vector da preparação da sua defesa, que em termos de prontidão se pretende activa, apesar mesmo da instável e inquieta paz que hoje se disfruta no Globo.

Face a tal abrandamento os Estados Unidos procuram incentivar os aspectos que o contrariam, agindo onde lhes é possível, preocupam-se particularmente com um eventual entendimento das diversas capitais europeias com Moscovo, visando uma possível paz, que, no entanto, lhe seria também certamente favorável, e receiam o conteúdo da ideologia alimentada pela Rússia Soviética e a sua projecção.

A grande Nação-americana, primeira superpotência do Globo e membro dominante da Aliança Atlântica, encontra-se assim de certo modo relegada para uma posição isolada na conjuntura internacional, num Mundo que sente povoado de «fantasmas».

As conclusões da reunião anual e periódica dos Ministros da Defesa da Aliança, realizada no Estoril em 6 e 7 de Junho do ano de 1985, vieram reforçar claramente aquela situação.

Na verdade, ao manifestarem a sua oposição aos Estados Unidos na sua proposta de não dever continuar a respeitar-se o acordo SALT II, ao «esquecerem» qualquer referência ao projecto da «Guerra das Estrelas» e ao recomendarem uma «détente» através do diálogo construtivo e de ampla cooperação com a União Soviética e com todos os países de Leste em todos os sectores, os Ministros dos Estados europeus indicaram novamente o comportamento que a Europa neste momento deseja e vem propalando.

3.2 Em relação à Rússia Soviética

Importância estrutural

Já em parágrafo anterior apontámos como diminutas as estruturas e a viabilidade de projecção dos Países Satélites face ao seu poderoso aliado.

Deste modo, a preponderância da URSS no conjunto do Pacto torna o conflito bilateral directo apenas depende da sua vontade, sendo, portanto, se ela o desejar, perfeitamente possível.

Desenvolvimento tecnológico

Tudo decorre em relação aos países do Pacto como se concluiu quanto à posição dos países da Aliança Atlântica. Avanço desmesurado da potência principal e atraso acentuado das restantes apesar dos acordos e práticas bilaterais e de conjunto visando o desenvolvimento generalizado.

Haverá mesmo por parte da Rússia neste domínio maiores reticências e cautelas na entrega dos seus «segredos tecnológicos» aos seus parceiros do Pacto, principalmente no âmbito da defesa, como sucedeu até há poucos anos com a própria realização de esquemas que envolvessem o emprego de mísseis — estes eram mantidos apenas em território soviético.

Ideal pacifista

Sabe-se existir muito arraigado este ideal em grande parte das populações do Leste. Todavia, o partido único dominante, ainda que não englobe percentagem elevada de autênticos adeptos ou militantes, não tem permitido normalmente a sua expressão, mantendo volumosos mecanismos autoritários para preservação do «status quo» político e militar que liga os diversos Estados.

Anseios de independência

Pelos casos de revolta verificados na Hungria (1956), na Checoslováquia (1968) e, mais recentemente (1983), na Polónia, temos de admitir que os Países Satélites desejam enveredar na sua totalidade, ou pelo menos na sua maior parte, por uma posição independente em matéria de relacionamento internacional, procurando obter no Ocidente os meios complementares necessários à sua sobrevivência e os sistemas e estruturas que lhes permitiriam avançar mais rapidamente e com maior rendimento na realização do seu Socialismo que grande parte das populações gostaria de ver imbuído de espírito verdadeiramente democrático.

*
* *
*

Existem, portanto, aspectos na estrutura e na vivência dos membros da Europa-NATO e dos Países Satélites do Pacto de Varsóvia que afirmam destacada probabilidade de não apoio imediato ou não apoio imediato voluntário a conflito bilateral directo entre as duas superpotências se este vier a produzir-se.

No caso da Europa-NATO, pode admitir-se que tal posição existe em estado latente mas já com algumas manifestações que lhe definem os contornos e a acreditam; relativamente aos Países Satélites, verifica-se ser exacerbado o domínio que a Rússia sobre eles exerce e, portanto, que só dela depende inteiramente a definição da atitude que deverão assumir perante o imaginado conflito.

4. INFLUÊNCIA DAS FORÇAS ALIADAS DESLOCADAS NA EUROPA.

4.1 No âmbito da Aliança Atlântica

As forças dos aliados ocidentais de há quarenta anos que, na sequência e desde o termo da II Guerra Mundial, primeiro em sistema de ocupação e, a seguir, mediante acordos bilaterais, se encontram instaladas no território de alguns países da Aliança Atlântica, nomeadamente no da República Federal da Alemanha, têm hoje por *missão* fundamental cooperar activamente com as forças daqueles países na defesa do solo europeu e servir de núcleos avançados de meios mais poderosos que, em caso de guerra ou de emergência, a ele possam acorrer do respectivo país de origem.

Constituindo assim a Oeste, permanentemente, uma barreira potencial a eventuais ameaças ou acções efectivas vindas de Leste, das forças do Pacto de Varsóvia, com elas se ajuda a garantir a integridade do continente europeu e a segurança afastada da área atlântica e das terras do seu bordo ocidental.

Por esta razão, o território europeu da NATO forma hoje o *ponto avançado* mais importante do conjunto do Atlântico Norte e, consequentemente, dos territórios dos Estados Unidos e do Canadá em cujas extensas faixas de segurança se encontra inserido.

No quadro total desenhado, as forças de terra, mar e ar dos Estados Unidos que se encontram afectas ao continente europeu — território e mares limítrofes — com perto de 500 000 homens, dos quais 300 000 pertencentes ao Exército, têm portanto os encargos de defesa e de segurança que igualmente competem às restantes forças aliadas nas mesmas condições e, ainda, os que particularmente respeitam à segurança do próprio continente americano na mesma linha de outros núcleos das Forças Armadas do país dispersos por inúmeros pontos do Globo.

Pela sua presença e prontidão, aquelas forças serão logo desde início abrangidas pela luta em caso de agressão. Todavia, se por parte dos membros europeus da Aliança se pretender obrigar o seu grande parceiro e aliado a empenhar-se global e imediatamente no caso de serem atacados, agindo para além do cumprimento das suas missões de base, aquele

está também em condições, utilizando a presença e a acção das mesmas forças, de levar os seus aliados europeus a intervirem em qualquer situação, incluindo naturalmente no caso de agressão a território do continente americano.

Na realidade, o volume e o valor operacional dessas forças e a importância da sua presença no conjunto em que se inserem, quer a nível local, quer a nível geral, tornam suficiente que os órgãos políticos e estratégicos do seu país as mandem actuar para que as forças dos membros europeus tenham, por arrastamento, mesmo localmente, de agir também em conformidade.

São as estruturas da Aliança existentes, comuns e não comuns, e a interdependência entre elas estabelecida que comandam a atitude, decorrente do aspecto operacional anterior, a tomar, depreendendo-se não ser deste modo fácil à Europa-NATO opôr-se, mesmo que o desejasse, ao comportamento seguido pelos Estados Unidos num conflito eclodido em solo europeu.

4.2 No âmbito do Pacto de Varsóvia

A instalação das forças soviéticas no território do Centro da Europa, até às fronteiras da Áustria e da República Federal da Alemanha, também na sequência do desfecho da II Guerra Mundial, foi imediatamente seguida da imposição da ideologia marxista-leninista em que as mesmas sempre comungaram. Ela iria transformar-se rapidamente, por isso, em domínio político efectivo, o qual seria poucos anos depois concretizado sob o manto do Pacto que hoje subsiste.

É neste âmbito que aquelas forças e as de alguns dos Países Satélites se encontram desde então dispersas pelo conjunto dos territórios do Pacto, ainda que com largo predomínio das primeiras.

Consequentemente, tal como as suas correspondentes americanas na Europa-NATO, as Forças Armadas da URSS presentes nos Países Satélites estão em excelentes condições para influenciar, ou melhor, para impor a esses países o comportamento que mais lhe interessar face a um eventual seu conflito particular.

Com elevadíssimo potencial, absoluto controlo das estruturas político-militares do conjunto, identidade ideológica e, acima de tudo, o que não se verifica para as forças americanas, com possibilidade geográfica de dispor imediatamente de meios de apoio e de reforço a partir do território russo, bastar-lhes-á para tal que a Direcção Suprema e os Comandos de que dependem as façam agir, determinando a atitude política e estratégica local ou global que julguem conveniente.

5. INFLUÊNCIAS EXTERIORES

Num cenário com o conflito bilateral do âmbito do admitido, interessa também considerar as grandes *zonas de potencial exteriores* que apresentem particular possibilidade de o influenciar ou seja, mais concretamente, analisar ainda que sumariamente os países ou comunidades capazes de fazerem variar o cômputo dos dois potenciais em presença e a sua expressão.

No caso em apreço e nas condições actuais da estrutura das Nações, parecem ser essas zonas as constituídas pelos:

- Mundo Árabe;
- União Indiana;
- República Popular da China;
- Japão.

Na sua posição admitida de elementos independentes, pelo menos de início, do mesmo conflito, àquelas zonas devem acrescentar-se agora, portanto, as formadas:

- Pela Europa-NATO;
- Pelos Países Satélites do Pacto de Varsóvia.

As *atitudes possíveis* — estrita neutralidade, apoio de qualquer tipo ou intervenção efectiva — de cada uma destas zonas em relação aos dois contendores, terá sem dúvida grande influência na preparação eventual da respectiva manobra global.

Consequentemente, a valoração qualitativa e quantitativa do potencial que cada uma das superpotências estará em condições de lançar contra

o seu directo opositor será inversamente proporcional ao volume total dos meios de todos os tipos que os dispositivos indispensáveis para se cobrirem ou agirem ofensivamente nos flancos e retaguarda, face às mesmas zonas, venham a exigir-lhes.

Além da importância da sua *posição geográfica* respectiva, aquelas zonas apresentam na verdade *características peculiares* que as destacam no conjunto internacional, conforme as que respeitam ao país ou países que as constituem.

Apontam-se como mais importantes:

- O poder nuclear efectivo do Reino Unido e da França;
- O poder nuclear também efectivo e a população numerosa da República Popular da China e da União Indiana;
- A alta capacidade industrial e tecnológica do também muito populoso e concentrado Japão e de outros países europeus além dos dois anteriores;
- As possibilidades de produção de petróleo e de intervenção na sua comercialização por parte do Mundo Árabe.

Ensina a Geografia que tais zonas devem constituir, em conformidade, *pólos* de especial tratamento político e estratégico por parte das duas superpotências. A sua excelente implantação face ao seu respectivo território e o elevado e diferenciado potencial de que disfrutam permitem-lhes adoptar de facto comportamentos susceptíveis de influenciar substancialmente, como já foi referido, as manobras por elas estabelecidas.

6. CAMPOS DE BATALHA POSSÍVEIS — ÁREAS DOMINANTES

O conflito bilateral entre as duas superpotências poderá apresentar-se geograficamente limitado no âmbito terrestre a um ou mesmo a mais do que um Teatro de Operações mas dificilmente assim poderá acontecer, face aos meios utilizáveis, nos âmbitos naval e aero-espacial.

Deste modo, há possibilidade de o conflito assumir aspectos globais, global sendo também a influência particular dos diversos domínios que cada uma das potências estará apta a exercer complementarmente no Mundo, tentando aumentar em seu favor a que do antecedente vem exercendo.

As *áreas de confrontação* possíveis, já anteriormente afloradas, são, com os territórios circundantes delas dependentes, as seguintes:

- As dos Oceano Atlântico e Oceano Pacífico, em especial para norte do Equador;
- A do Oceano Glacial Ártico.

Adentro da globalidade admitida para o conflito é de esperar, portanto, que noutras terras e mares da Terra e no Espaço exterior venham também a criar-se pontos de incidência e de exploração de ambos os Poderes.

A *área do Atlântico*, limitada praticamente a sul pelo estreitamento definido pelos continentes africano e americano do Sul e em relação ao qual o arquipélago de Cabo Verde constitui massa terrestre e aero-naval de considerar, liga-se no extremo oposto ao Oceano Ártico através do grande canal Dinamarquês, entre a Gronelândia e a Islândia, da baía de Bafin, a Leste daquela ilha, e de numerosos estreitos, formando diversas dependências, quer junto à costa europeia, quer junto à costa americana, que condicionam e orientam a sua utilização política e estratégica.

A *área do Pacífico*, largamente aberta a sul ao contrário da anterior, apresenta-se povoada de numerosas ilhas com elevado interesse estratégico e comunica com o Oceano Ártico através do estreito de Bering, entre as massas continentais asiática e americana, o qual define ainda o contacto mais próximo entre territórios dos dois eventuais litigadores.

Forma também esta área numerosas dependências marítimas, em especial na sua parte norte junto do continente asiático, que contribuem para a valoração da sua importância. Encravado nestas dependências situa-se o arquipélago Japonês, base destacada para o lançamento de acções bélicas em qualquer dos dois sentidos dominantes.

Finalmente, a *área do Oceano Ártico* cuja importância estratégica, económica e científica era há poucas dezenas de anos considerada nula ou quase nula, tem vindo a atingir ultimamente grande projecção graças

«aos novos sistemas de propulsão dos meios navais, em especial os nucleares, e ao aumento das possibilidades de sobrevivência em regiões desérticas geladas e por se situarem apenas a distâncias de 10 000 a 12 000 quilómetros, medidas sobre o Pólo, os centros das massas continentais dos dois opostos.

Estas distâncias são assim, como se verifica, muito inferiores às que definem a separação dos dois territórios, consideradas quer sobre o Atlântico quer sobre o Pacífico. E, tomadas entre as costas mais setentrionais dos dois continentes, ficam reduzidas a:

- Cerca de 100 quilómetros, no estreito de Béring;
- Cerca de 500 quilómetros entre as penínsulas de Kola e do Labrador, no extremo oposto;
- A um valor ligeiramente inferior a este último sobre o meridiano que passa pelo Pólo.

Limitado, portanto, pelos continentes euro-asiático e americano, e caracterizando-se historicamente pela sua *excentricidade*, e hoje, sem dúvida, também pela sua *interioridade*, forma o Oceano Ártico no seu conjunto uma vastíssima bacia de cerca de 13 milhões de quilómetros quadrados que, como o próprio Oceano, se encontra gelada durante a maior parte do ano. Englobam-se nesta bacia as regiões setentrionais dos continentes que a cercam, com terras e águas, e a totalidade do território gronelandês, ou seja, toda a região do Globo acima do paralelo dos 60 graus de latitude Norte; o conjunto constitui imenso campo de gelo que só vem a fragmentar-se nos meses em que a temperatura se eleva, isto é, de Junho a Setembro, período em que são relativamente fáceis os acessos.

Esta amenidade climática temporária deve-se à presença da Corrente do Golfo que, à temperatura de 5 graus centígrados, sobe ao longo da Escandinávia, a ela se devendo também o facto de os gelos flutuantes resultantes da fragmentação não descenderem em regra abaixo do paralelo que passa cerca de 200 quilómetros a norte da Lapónia, no extremo setentrional daquela península.

7. VISUALIZAÇÃO DAS AREAS

Como é conhecido, não é o mesmo o panorama que se obtém *observando* ou *visualizando* uma, qualquer, área geográfica de pontos mais

ou menos distanciados, até ao extremo de pontos situados em posição diametralmente oposta.

Consequentemente, seja qual for o tipo de projecção cartográfica utilizada na representação das terras e mares, não custa admitir que os resultados de tal observação darão origem nas pessoas e organismos que a façam a estados de conhecimento diversos em relação ao respectivo conteúdo, constituindo esses estados mais um factor geopolítico e geoestratégico importante para a definição da política e da estratégia do país em causa.

Deste modo, a visualização das três áreas de confrontação bilateral apontadas, a partir de núcleo ou ponto central do território continental de cada superpotência, dá origem a uma estrutura de *pontos importantes* que é diferentemente apreciada e concluída por cada uma delas e a uma *atitude* mental e psicológica muito particular quando então procedem ao estudo efectivo das mesmas áreas.

Na análise que se segue vamos imaginar e representar com o rigor possível a visualização de cada Teatro de Operações conforme cada uma das potências poderá considerá-lo e ainda, pela influência admitida, a posição de cada zona de potencial exterior relativamente à área dos Teatros.

Seguiremos na representação, que só pode ser esquemática, por mais adequadas, a projecção cilíndrica (Mercator) para as áreas do Atlântico e do Pacífico, e a projecção central ou gnómica para a área do oceano Ártico, com as vantagens e os inconvenientes inerentes a cada um destes sistemas.

8. ÁREA DO OCEANO ATLÂNTICO

A utilização deste oceano como Teatro das Operações, quer isoladamente, quer em simultaneidade com outras áreas, deverá preocupar-se com os pontos importantes cuja posse ou controlo terá de ser garantido pelos dois antagonistas para os explorarem ou negarem ao adversário, montando e conduzindo para tal as manobras correspondentes. Este princípio é, de resto, comum a todos os Teatros.

A valoração daqueles pontos e a estrutura das manobras dependerão naturalmente, portanto, como já se referiu, da visualização que cada contendor tiver da área do Teatro.

8.1 Visualização dos EUA

Na sua situação de núcleo potencial face ao Leste-Atlântico e aos extensos continentes euro-asiático e africano, este na sua parte setentrional atlântico-mediterrânica, a superpotência americana terá possivelmente a visão geopolítica e geoestratégica seguinte:

- No extremo oposto, a cerca de 15 500 quilómetros (Moscou) ou 22 500 (Irkutsk, na Rússia Siberiana), o centro do seu *Objectivo* provável, rodeado de faixas de segurança e com pontos de vigilância e apoio dispersos por todas elas;
- Imediatamente aquém, encostado à linha dos Países Satélites dopositor, o seu mais importante e avançado bastião — a Europa-NATO;
- Destacando-se daquele imenso e recortado conjunto continental, dois acidentes geográficos que lhe bordam os flancos — as ilhas Britânicas, a Norte, com acesso à Península da Escandinávia e à Europa Central, através do mar do Norte e do canal da Mancha, respectivamente, e a Península Ibérica, a Sul, com acesso ao centro da Europa e à área mediterrânica;
- Para a direita do estreito de Gibraltar, um conjunto de territórios montanhosos e desérticos, de costas rectilíneas, formando outro bastião avançado — a África do Norte (País do Magrebe);
- Sucessivamente mais afastados, com indiscutível importância para acções de vigilância, apoio, controlo e reforço no seio das grandes águas oceânicas, os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias;
- Ao longo do flanco Sul, o território e os arquipélagos da América Central, a parte setentrional da América do Sul e o já citado arquipélago de Cabo Verde e, no flanco oposto, com idênticas possibilidades de vigilância, apoio e controlo, e dando continuidade por norte à linha dos territórios canadianos, a Gronelândia, a Islândia e o arquipélago das Spitzberg.

Historicamente, são de destacar no âmbito da área as lutas travadas na região central da Europa em diferentes épocas contra o próprio antagonista russo e a importância assumida, na II Guerra Mundial, para o acesso e reconquista do continente europeu pelas forças dos Aliados, as

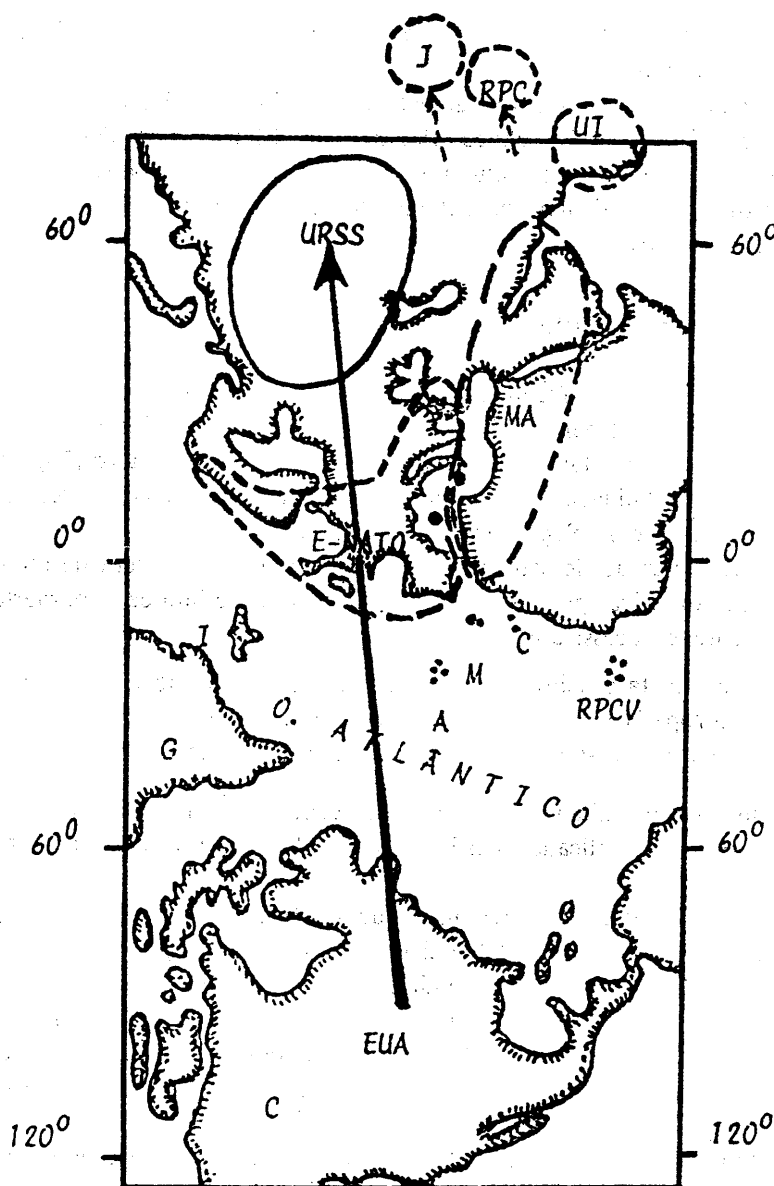


Fig. 2 — Visão sobre o Atlântico a partir dos EUA

ilhas Britânicas e o País do Magrebe — com o qual, este, a Península Ibérica faz conjunto.

No domínio do interesse global do conflito, e concretizando afirmações anteriores, a República Popular da China, o Japão, a União Indiana e o Mundo Árabe situam-se territorialmente, aí podendo exercer a sua influência particular, na retaguarda, as duas primeiras, e no flanco direito do Objectivo.

8.2 Visualização da URSS

Observando à sua frente sucessivamente o Oeste-Atlântico e o continente americano, depara-se à Rússia Soviética um conjunto de pontos importantes, continentais e insulares, com a mesma localização, características e possibilidades, estas agora com a orientação conveniente, que foram apontadas em relação aos Estados Unidos.

A materialização do seu *Objectivo* naquele continente terá de abranger uma acção ofensiva prévia em toda a extensão atlântica, comportando possivelmente e sucessivamente:

- Uma 1.^a fase sobre o continente europeu, abrangendo em especial a Europa-NATO, e sobre as ilhas Atlânticas;
- Uma 2.^a fase sobre o próprio continente americano.

A massa do Atlântico é, portanto, elemento comum às duas fases, nela devendo ser aplicados desde o início do conflito todos os esforços a elas necessários.

A falta de *base avançada* junto do continente americano, que possa desempenhar em relação ao Objectivo final o mesmo papel que o território da Europa Ocidental está em condições de assumir em favor dos Estados Unidos face ao território soviético, exige-lhe cuidada e persistente acção de propaganda e de fixação ideológica e de outros domínios nas regiões circundantes próximas, como os países continentais e insulares da América Central.

O claro aumento de influência por que a Rússia se vem hoje batendo nesta área do Globo é indício de tal preocupação estratégica e, dum modo geral, da sua manobra de enfraquecimento da liderança americana na mesma área e no Mundo.

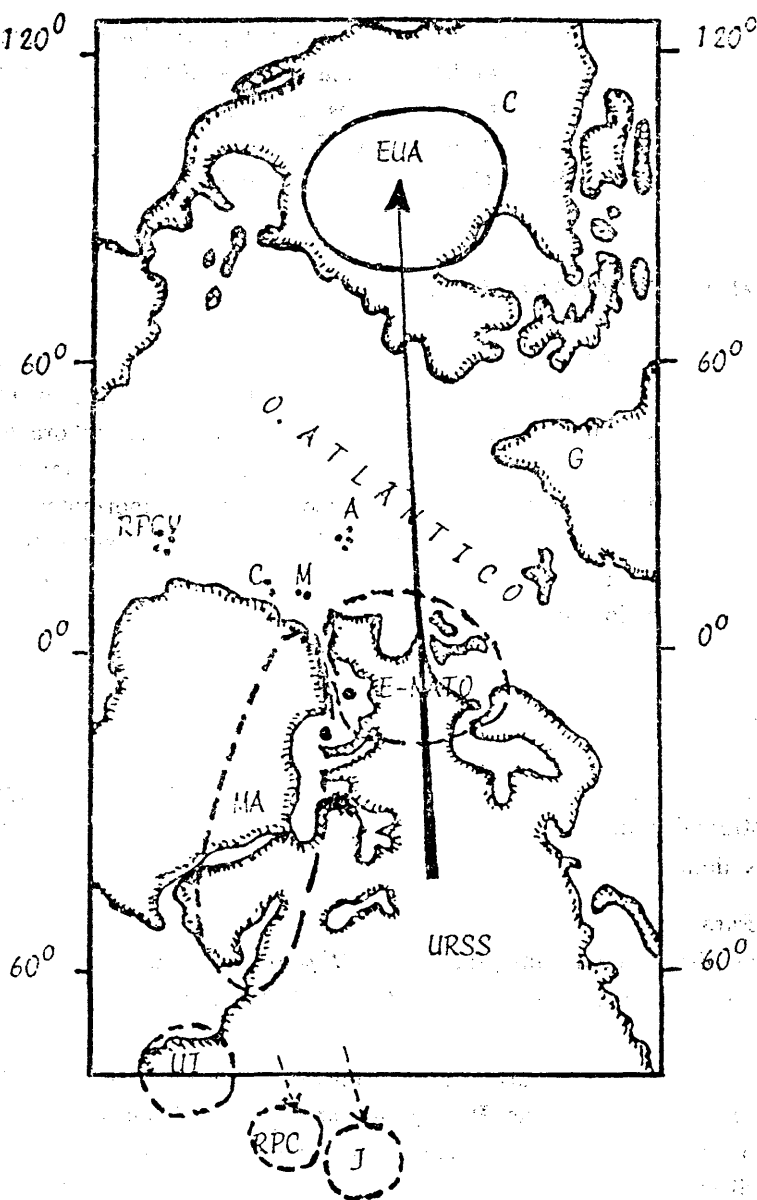


Fig. 3 — Visão sobre o Atlântico a partir da URSS

As zonas de potencial exteriores surgem no seu flanco esquerdo — União Indiana e Mundo Árabe — e retaguarda — República Popular da China e Japão — estas, portanto, capazes de constituírem ameaça para o seu território ou para o território dos Estados Unidos, conforme a sua posição política, através do Oceano sobre que existem.

9. AREA DO OCEANO PACÍFICO

Considerando em condições semelhantes às do Teatro anterior a posição dos dois potenciais contendores agora debruçados sobre o Oceano Pacífico, um elemento se mantém naturalmente inalterável embora tomado de ângulo distinto — o Objectivo último a atingir em cada um dos territórios. Os restantes elementos de interesse — pontos importantes e zonas de potencial exteriores — assumem-se também com as características que os definem, mas agora, sem dúvida, com influência diversa no âmbito da localização e do enquadramento que lhes corresponde.

9.1 Visualização dos EUA

Face ao Oeste-Pacífico e ao continente asiático, o panorama geopolítico e geoestratégico que se patenteia à superpotência americana apresenta os aspectos dominantes seguintes:

- Para além do extenso Oceano, os centros geográficos e políticos admitidos como integrantes do *Objectivo* — Irkutsk e Moscovo — mas agora a cerca de 18 500 e 22 500 quilómetros, respectivamente;
- Alongando-se a norte para a massa de terras russa, da qual o separa o estreito de Bering nos seus 100 quilómetros de largura, o continente americano como que ameaça lançar-se sobre as terras siberianas, tendo esse alongamento duplicado mais a sul pelo linearmente disposto arquipélago das Aleutas e, já no continente asiático, pela Península da Kamechatka;

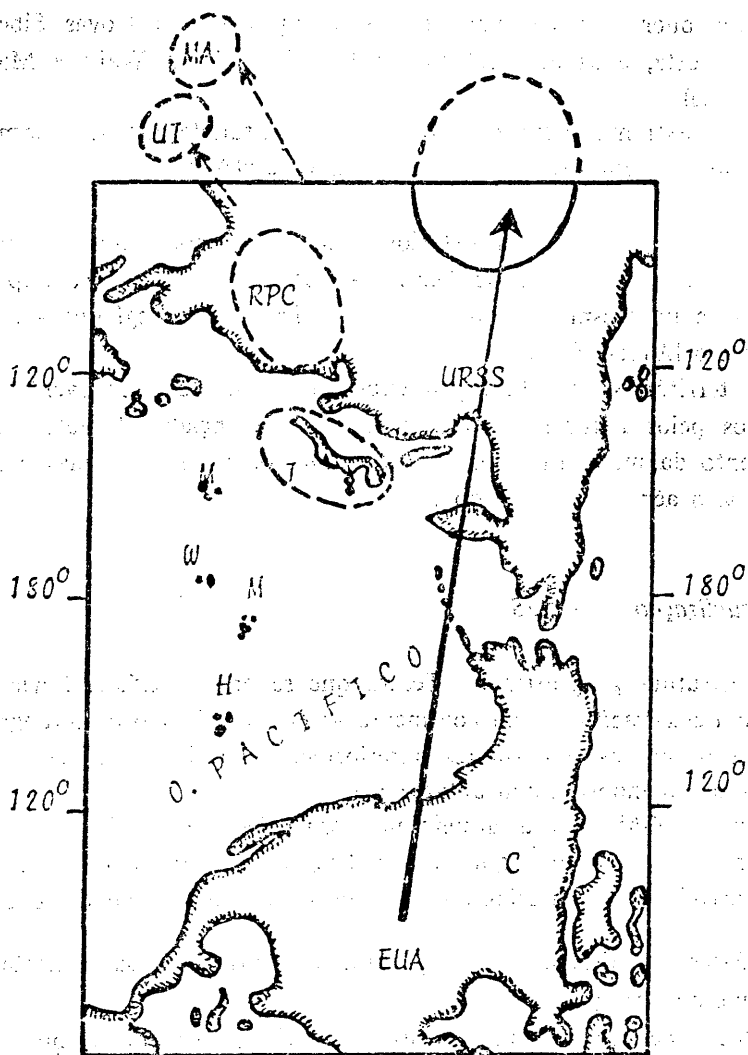


Fig. 4 — Visão sobre o Pacífico a partir dos EUA.

- Nos flancos do Teatro, como pontos de apoio ou de reforço a qualquer tipo de manobra, o arquipélago das Novas Siberianas, a norte, e os arquipélagos de Hawai, Midway, Wake e Marianas, a sul;
- No extremo oeste do Objectivo, constituindo ameaça permanente para o opositor, o Conjunto da Europa-NATO.

As zonas de potencial exteriores situam-se agora sobre o eixo que contém o flanco esquerdo do Teatro — o Japão e a República Popular da China —, e no mesmo flanco, mas em posição mais longínqua — a União Indiana e o Mundo Árabe.

Os territórios das duas primeiras zonas poderão ser eventualmente utilizados pelos Estados Unidos como bases avançadas da luta no prosseguimento da manobra desenvolvida através da massa de águas oceânicas e do espaço aéreo que este cobre.

9.2 Visualização da URSS

A estrutura geográfica do Teatro que se abre à Rússia Soviética na direcção Leste-Pacífico e do continente americano do Norte abrange naturalmente os pontos importantes anteriormente considerados mas servindo agora a sua manobra como antagonista.

Sobre o *Objectivo* a atingir no cerne daquele continente interessa salientar, concretamente, que o seu traçado deverá englobar as zonas mais sensíveis dos territórios dos Estados Unidos e do Canadá, dado que:

- Estes constituem espaço geográfico contíguo e são membros da mesma Aliança;
- Terá de ser sempre através do território canadiano que poderá dar continuidade por terra a testa de praia estabelecida no território do Alaska.

As zonas de potencial exteriores apresentam-se sobre o flanco direito e sobre o limite Sul do Teatro, podendo-se constituir a partir delas ao

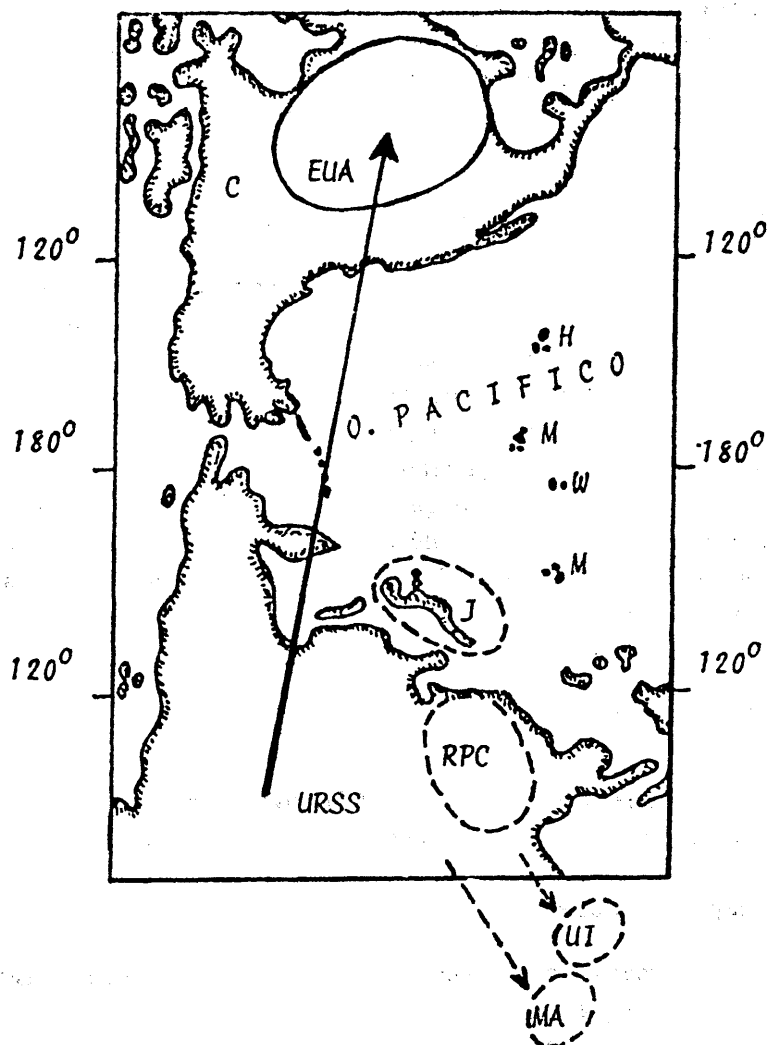


Fig. 5 — Visão sobre o Pacífico a partir da URSS

longo do mesmo flanco, entre outras missões possíveis, cobertura idêntica à que a relativa inacessibilidade do Oceano Ártico realiza pelo lado oposto.

A Europa-NATO define neste esquema ameaça sobre a sua retaguarda, sendo esta no entanto minimizada pelo conjunto dos Países Satélites, parte importante da faixa de segurança da superpotência pelo lado Oeste.

10. ÁREA DO OCEANO GLACIAL ÁRTICO

A contiguidade em relação ao Oceano Ártico dos continentes em que se situam as duas superpotências, a inexistência de acidentes geográficos relevantes na extensa bacia gelada e o alcance efectivo dos meios de defesa à disposição dos dois contendores, originam uma estrutura muito limitada de pontos importantes cuja posse ou controlo seja indispensável para atingir os já referenciados Objectivos.

Se nos cingirmos a conflito que, eventualmente, apenas se desenrole neste Teatro de Operações, sem dúvida que estaremos então perante um espaço de manobra muito mais limitado que o correspondente a qualquer dos outros dois Teatros.

10.1 Visualização dos EUA

Nas suas dimensões prováveis, o *Objectivo* considerado apresenta-se agora mais extenso do que profundo em relação à direcção natural do esforço.

São aspectos característicos de interesse a destacar:

- O alongamento do continente americano para o continente asiático, no flanco esquerdo;
- A existência de outras possibilidades de aproximação no centro e no flanco direito, tomando como ponto intermédio a Gronelândia.

As zonas de potencial exteriores mostram-se nesta visualização do Teatro: no flanco esquerdo, sucessivamente, o Japão e a República Popular

da China; no flanco direito, a Europa-NATO — a mais avançada —, os Países Satélites e o Mundo Árabe; à retaguarda, a União Indiana.

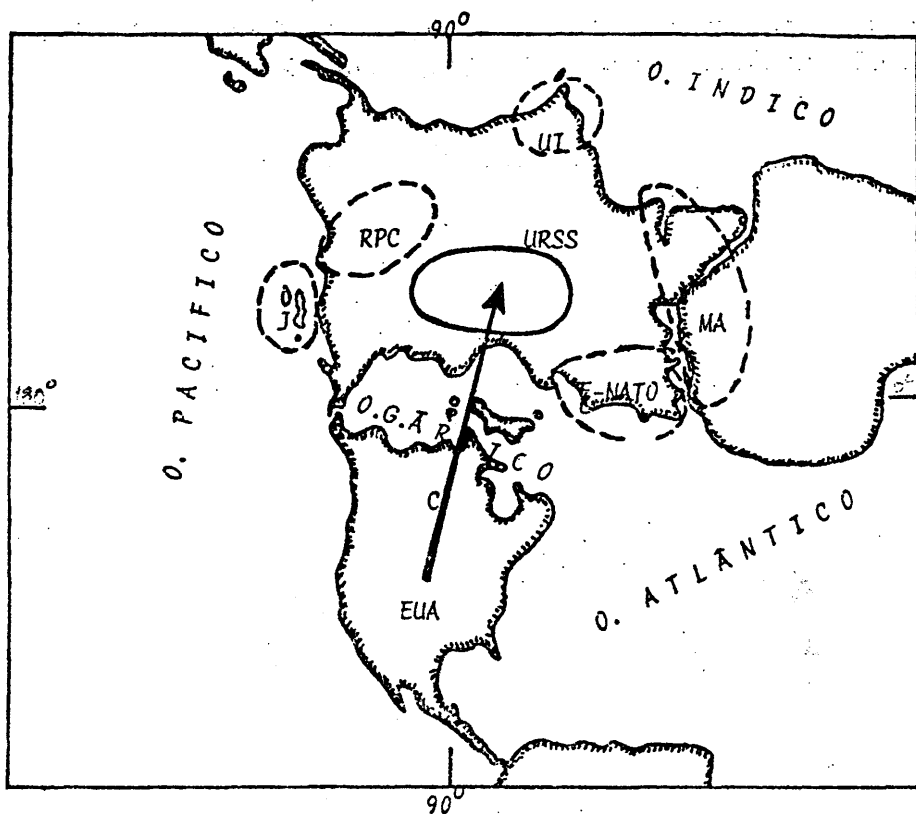


Fig. 6 — Visão sobre o Ártico a partir dos EUA

10.2 Visualização da URSS

A posição do *Objectivo* no continente americano será, esquematicamente, a que se apresenta. Os aspectos geopolíticos e geoestratégicos complementares do Teatro no que respeita às possibilidades de acesso por via

terrestre serão naturalmente os mesmos que correspondem à visualização dos Estados Unidos, tomados agora, porém, em sentido inverso.

Quanto às zonas exteriores de interesse: República Popular da China e Japão, no flanco direito; Mundo Árabe, Países Satélites e Europa-NATO, no flanco esquerdo; União Indiana, na retaguarda.

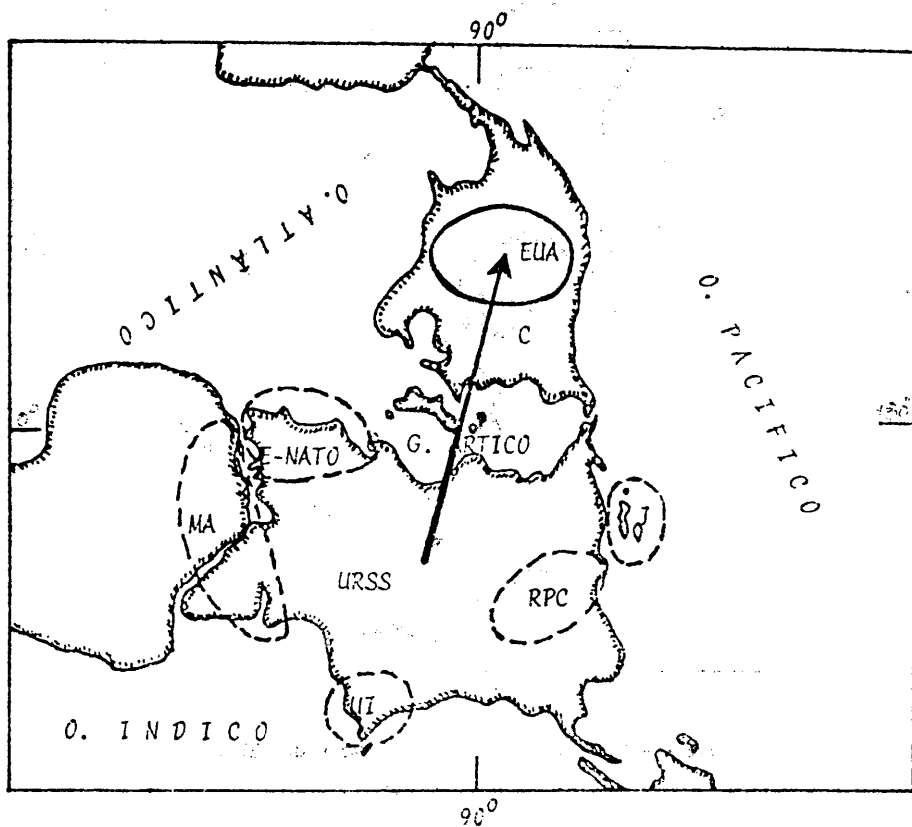


Fig. 7 — Visão sobre o Ártico a partir da URSS

11. CONFRONTAÇÃO GLOBAL

Os meios convencionais e nucleares à disposição das duas superpotências e as características físicas e humanas das áreas de confrontação

consideradas fazem admitir, como já foi referido, que o conflito bilateral possa ter desde início ou venha assumir rapidamente carácter global, com as armas e os dispositivos navais e aero-espaciais actuando a partir de bases ou de pontos do Globo ou do Espaço e com os principais meios terrestres realizando os deslocamentos e as ocupações de pontos e zonas de interesse nas áreas geográficas que o permitam.

Esta *manobra à escala global* poderá alargar-se, assim, nas suas acções de esforço principal e de apoio, a todo o Hemisfério Norte com:

- Acções aero-espaciais, com origem em terra, no mar ou no espaço, centradas na área do Oceano Ártico;
- Acções navais e aéreas clássicas e acções terrestres, em conjugação com as acções aero-espaciais anteriores, orientadas em especial para as áreas do Atlântico e do Pacífico.

Desenha-se a seguir um panorama possível desta manobra global na qual deverão naturalmente inserir-se outras acções de maior ou menor envergadura e importância para o conjunto e desencadeadas, em coordenação e visando a cooperação generalizada, noutras áreas do Globo.

Estas considerações, como se depreende, são válidas para qualquer das superpotências na realização da política e da estratégia que, no âmbito do presente cenário, se lhes depare.

12. ALGUMAS CONCLUSÕES

12.1 Do domínio geral

Ainda que não se tenha feito intervir nestas considerações a magnitude dos esforços necessários a montar e desenvolver por cada uma das superpotências e entrado no pormenor dos grandes meios a empregar na atitude geral de «impor a vontade ao adversário», parece poder admitir-se, no âmbito conhecido da política e da estratégia globais dos Estados e das Nações, *que poderá verificar-se um conflito bilateral directo entre os Estados Unidos e a Rússia Soviética.*

Apoiam esta afirmação, fundamentalmente:

- O elevado potencial de todos os domínios à disposição das duas potências e a sua destacada superioridade em relação ao conjunto dos respectivos aliados, da NATO ou do Pacto de Varsóvia;
- A alta capacidade tecnológica e em acelerado progresso que, em qualquer dos países, serve de suporte ao mesmo potencial;

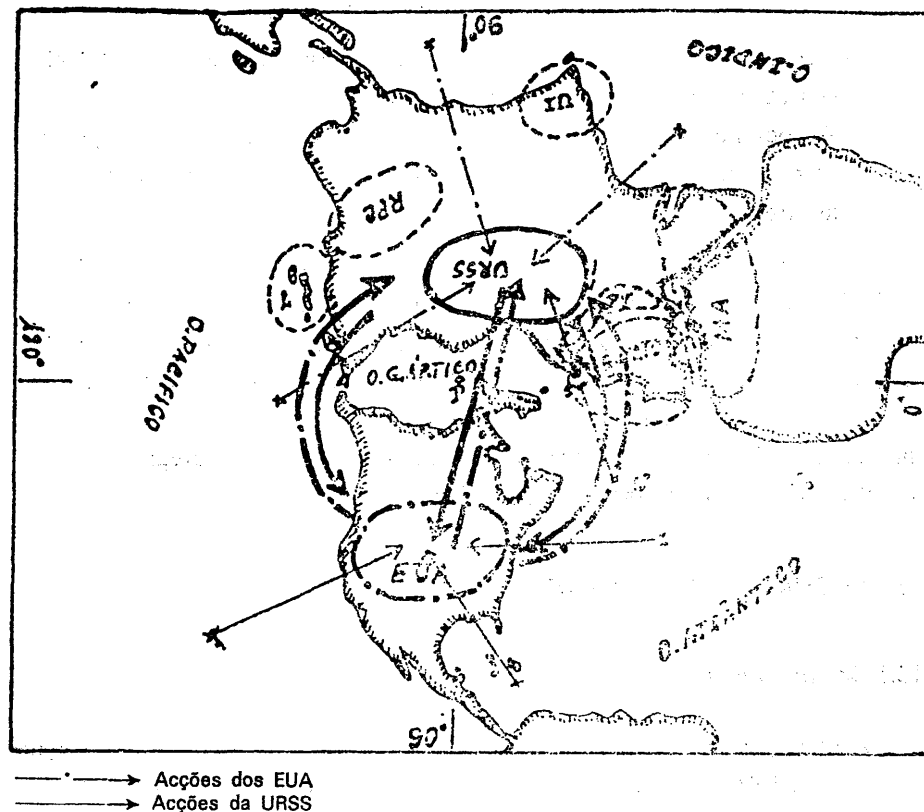


Fig. 8 — Conflito global

- O «pacifismo» patenteado por grande parte das populações e, de certo modo, por muitos Estados europeus da Aliança Atlântica, e a admitida disponibilidade destes para, sem perigo de incremento

da penetração ideológica marxista-leninista, estabelecerem entendimento com a Rússia Soviética e com os Países Satélites, visando a paz e a cooperação;

— A desconfiança e o «terror» face às teorias e práticas comunistas que parecem encontrar-se implantados nos Estados Unidos e que muito condicionarão a sua política e a sua estratégia, a nível regional, geral e global.

Outras razões poderiam ser ainda apontadas. Todavia, elas inserem-se dum modo geral nas anteriores ou são delas resultantes.

As zonas de potencial exteriores apresentam-se face ao conflito com capacidade de influência que os dois potenciais opositores necessitam ponderar. Esta capacidade resulta das suas características específicas — ou dos países que as constituem — e ainda, no todo ou em parte, de problemas próprios de equilíbrio interno concernentes a pressão populacional, excesso demográfico, motivações político-religiosas ou desejos de afirmação internacional.

A Europa-NATO e os Países Satélites do Pacto de Varsóvia apresentam-se perante o conflito com destacada influência e motivações particulares.

12.2 No âmbito da Aliança Atlântica

Pelas muitas razões aduzidas, a Europa-NATO poderá adoptar de imediato no conflito em apreço o conceito de «resposta flexível» no tempo e no espaço em vez de «resposta pronta e global». Esta atitude será ditada pelos compromissos e pelos arranjos políticos e estratégicos assumidos, no quadro da Aliança e exteriormente, e pela imagem que de momento possa existir entre os respectivos membros quanto ao comportamento e intenções conhecidas do seu grande aliado americano.

Será de admitir, portanto, uma das seguintes orientações possíveis:

a) Conflito nos Teatros do Pacífico ou do Árctico

(1) Não intervenção imediata, permanecendo apenas como ameaça potencial sobre o flanco ou retaguarda da Rússia Soviética e imobilizando os Países Satélites;

- (2) Não intervenção imediata, como na orientação anterior, mas pondo desde logo à disposição dos Estados Unidos todos ou parte dos mecanismos de apoio possível dispersos na área da Aliança;
- (3) Intervenção imediata de acordo com os planos estabelecidos e a preparação efectuada, mas de antemão consciente das reacções prováveis do adversário face ao agora conflito multilateral.

Ter-se-á uma atitude de *neutralidade vigilante*, no primeiro caso, de *neutralidade parcial ou colaborante*, no segundo, e de *beligerência*, no último.

b) *Conflito no Teatro do Atlântico*

- (1) Não intervenção imediata, desde que as regiões afectadas pelo conflito sejam exteriores à própria Europa-NATO;
- (2) Intervenção imediata, obrigando ao empenhamento das forças e do território europeu do Teatro, independentemente de quem iniciar o ataque e de quem decidir defender-se.

O comportamento que, nesta situação, vier a ser determinado às forças americanas estacionadas no território europeu pelo seu Alto Comando será basilar, em qualquer dos casos, para a assunção de atitude pela Europa-NATO.

12.3 *No âmbito do Pacto de Varsóvia*

Considerando a dependência em termos de defesa, ideológicos e de todos os outros domínios em que os Países Satélites se encontram da Rússia Soviética e do Pacto entre eles firmando, não parece crível, em caso de conflito entre este país e os Estados Unidos, que aqueles possam adoptar, voluntariamente, uma atitude de «resposta flexível» e, portanto, no seu grau de não intervenção imediata. Agirão sempre, sem dúvida, pelo menos de início, estritamente em conformidade com os planos de acção de antemão traçados ao mais alto nível.

Todavia, já o admitimos, a Rússia poderá determinar o empenhamento desses países apenas como elementos de sistema de segurança montado desde o tempo de paz, isto é, em *neutralidade vigilante*, garantido, por

neutralização de eventuais acções da Europa-NATO, o não alargamento da área do conflito.

13. *NOTA FINAL*

A Geografia, a Política e também a Lógica, tornaram certamente possível o *cenário traçado* para as duas superpotências nas áreas nevrálgicas que directamente lhes interessam visando o seu relacionamento em conflito bilateral directo. Mas será a política de cada uma delas e, na decorrência desta, a sua estratégia que caberá decidir e condicionar a sua eventual concretização.

Todavia, estejamos certos, o Mundo não poderá deixar de seguir com apreensão e temor o comportamento dos dois colossos, quer actuem isoladamente, quer em conjunto com outras potências, e estremecerá, até apenas se espectador aparente, perante a sua colisão.

Mas se a escalada sucessiva ou alternada dos meios de força e a quebra da dissuasão que conduzem ao conflito já não permitirão, como se vem admitindo, resolver este em proveito de qualquer dos contendores, isto é, se as perdas e os prejuízos previsíveis serão sempre enormes em relação e discutíveis benefícios, como proceder para sobreviver?

É fora de dúvida que a afirmação futura do Homem só será possível num Mundo em que os *nacionalismos exacerbados e as ideologias e as práticas atentatórias da sua liberdade e da sua dignidade* sejam inteiramente banidos e em que as Nações, todas as Nações, cada uma no âmbito das suas possibilidades, se dêem as mãos em todos os domínios para viver, conviver, colaborar e cooperar.

Será a Nova Era.

Lisboa, Novembro de 1985.

J. Lopes Alves
general